

A LINGUAGEM COMO PONTO CONVERGENTE ENTRE A FILOSOFIA E A HISTÓRIA

Amanda Souza Ávila Lobo*

RESUMO: Este artigo tem por finalidade apresentar a importância da linguagem para a escrita da história e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da consciência histórica dos indivíduos, a partir de uma análise das contribuições da hermenêutica de Hans-Georg Gadamer, presentes em sua coletânea acerca do problema da consciência histórica, trazendo à luz ainda, as conclusões de Hayden White acerca de uma análise tropológica dos discursos, presente em seu artigo “Teoria Literária e escrita da História”.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Hermenêutica. História. Historiografia.

1 INTRODUÇÃO

Preliminarmente, faz-se necessário discorrer sobre algumas reflexões presentes nos escritos de Gadamer que são de especial importância para a evolução da hermenêutica contemporânea e, por conseguinte, para o surgimento de um novo paradigma hermenêutico que afetou não apenas a filosofia, mas, por estar intimamente ligado à linguagem atingiu todas as demais ciências e, sobretudo, a história.

Após, apresentaremos as análises de Hayden White quanto à escrita da história, buscando demonstrar que a mesma só pode ser apreendida por meio da linguagem, visto que a interpretação sobre ela não pode estar dissociada do nosso discurso e, portanto, ela é tão vária quantos discursos nos são apresentados durante nossa escrita. Nesse pressuposto reside a importância da teoria literária para teoria da história e historiografia, à medida que este autor traz, ademais, uma perspectiva de uma análise tropológica para o discurso histórico.

* Graduada em História. Especialista em História, Historiografia e Memória. Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: asgavila@gmail.com



2 GADAMER E O DESENVOLVIMENTO DA HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA

Em sua coletânea de artigos onde discute “o problema da consciência histórica”, Gadamer desenvolve uma crítica quanto à pretensão da história de se pensar como ciência objetiva e, portanto, capaz de demonstrar uma perspectiva totalizante do passado, haja vista sua escrita estar ligada a uma interpretação e representação do historiador, apresentando conclusões quanto à importância da linguagem para o desenvolvimento de uma consciência histórica, definida como a capacidade do homem de perceber a historicidade de todo o presente e a relatividade de toda opinião, esboçando as características do seu entendimento de hermenêutica.

Assim, para Gadamer, a hermenêutica centra-se no mundo da experiência, vinculando-se, à existência do intérprete e sua relação com a conjuntura histórica e social finita vigente, rompendo, portanto, com a perspectiva tradicional que vincula a interpretação à exatidão do sentido textual. Esta nova concepção hermenêutica utiliza-se da linguagem como meio de acesso ao mundo e às coisas, aberta às novas possibilidades de interpretar e não como um objeto a ser dissecado para extrair-se o “verdadeiro significado” da palavra.

Destarte, baseando-se nos escritos de Martin Heidegger, desenvolve esta nova percepção paradigmática ao propor uma hermenêutica ontológica onde, ao buscar o verdadeiro sentido do Ser, percebe que o mesmo não pode limitar-se a uma definição absoluta, visto que não pode dissociar-se do tempo e do espaço no qual é forjado o seu sentido:

Ao tentar dissecar a essência do ser, Heidegger contribui de forma efetiva para a hermenêutica contemporânea, pois nos leva a concluir que não há interpretações definitivas, elas hão de ser estudadas à luz do tempo em que foram concebidas e tendo em vista as possíveis pré-compreensões do intérprete, de maneira que nós mesmos ao lê-las, a partir de nossas pré-compreensões, dentro de nossas circunvisões, também estaremos abrindo um novo sentido, uma nova possibilidade de interpretar (NUNES JUNIOR, 2002, p. 1).



Ademais, ocorre que o próprio intérprete ao iniciar a sua análise já possui a sua carga de preconceitos, ou seja, a sua pré-compreensão, adstrita à sua circunvisão, que também influencia na abordagem adotada para sua escrita interpretativa, sendo impossível uma apreensão isenta de pressuposições, o que leva ao questionamento da própria noção de essência, pois que esta se constituirá como tal de acordo com a visão do intérprete, não podendo ser, deste modo, definitiva e absolutizada: “A compreensão implica sempre uma pré-compreensão que, por sua vez, é prefigurada por uma tradição determinada em que vive o intérprete e que modela os seus preconceitos” (GADAMER, 2003, p. 13).

Afirma Gadamer (2003, p. 59) que “[...] é precisamente o que temos em comum com a tradição com a qual nos relacionamos que determina as nossas antecipações e orienta a nossa compreensão”. Deste modo, a interpretação se dá por meio dos pré-conceitos que, mais do que juízos de valor, constituem a realidade histórica do ser e não são arbitrários, mas liga-se à tradição de sentido que este possui, devendo, portanto, ser questionados quanto à sua origem e validade, visto que esta tradição é um movimento gradativo da linguagem que se atualiza sempre. Desta forma, a interpretação para este filósofo inicia com pré-conceitos que serão substituídos por outros mais adequados, com o intuito de dar abertura às novas opiniões – do outro e do texto –, implementando a noção de alteridade textual, na qual o texto mesmo tem algo a dizer, não devendo o intérprete moldá-lo à sua pré-compreensão, mas, antes, confrontá-la de maneira crítica com as possibilidades históricas nela contidas.

Tão logo descubra alguns elementos compreensíveis, o intérprete esboça um projeto de significação para todo o texto. Mas os primeiros elementos significativos só vêm à luz se ele se entregar à leitura com um interesse mais ou menos determinado. Compreender [...] não é outra coisa senão elaborar um primeiro projeto que vai se corrigindo, progressivamente, à medida que progride a decifração [...] até que a primeira interpretação tente subsistir os conceitos nela pressupostos por outros conceitos mais adequados (GADAMER, 2003, 61).

Assim, uma vez desenvolvida uma compreensão do passado, o intérprete constitui um novo sentido presente e, esta fusão dialógica de horizontes (passado e presente) decorre da historicidade do sujeito que interpreta:



O conhecimento histórico não é nem uma espécie de projeto, no sentido de planejamento, nem a extrapolação de finalidades visadas, nem ainda uma disposição das coisas de acordo com a vontade, [...] é, uma *mensuratio ad rem*. Com a exceção de que a *res* não seja compreendida como um *factum brutum*: ela não tem nada de algo simplesmente subsistente [...] nada de alguma coisa constatável ou mensurável instrumentalmente; o seu modo de ser próprio é, ao contrário, aquele do ser-aí humano [...]. Ela não significa, de modo algum, que o conhecimento e o que é conhecido tenham um modo de ser simplesmente homogêneo (GADAMER, 2003, p. 42).

Este novo paradigma hermenêutico, vale ressaltar, como está intimamente ligado à linguagem, possui uma pretensão universal abrangendo todas as ciências – tanto as naturais, quanto as humanas – questionando, portanto, o valor de verdade absoluta apresentado pelo pensamento moderno e, é de fundamental importância para a escrita da história, em especial, demonstrando que a própria interpretação histórica é finita e limitada, visto que é uma construção do pesquisador que se encontra enraizado no tempo e sofre as condicionantes psíquicas, sociais e culturais presentes na sua pré-compreensão, rompendo com uma perspectiva tradicional onde o documento histórico teria o poder de revelar toda a “verdade” do passado e possibilitando o entendimento do documento como um monumento que se constitui como um vestígio do seu tempo, mas não pode apreendê-lo de modo total e absoluto.

3 A IMPORTÂNCIA DA TEORIA LITERÁRIA PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA

Neste sentido, é possível trazer à cena a análise de Hayden White, sobre a importância da teoria literária para a escrita da história, quando este busca demonstrar que a história só pode ser apreendida por meio da linguagem, coadunando com a perspectiva apresentada por Gadamer.

Assim, desenvolve algumas observações acerca do discurso histórico, afirmando que o mesmo só é admissível se se tem em mente o fato do passado ser algo possível de ser apreendido de modo significativo e, chega à conclusão que, se escrevemos a história é porque é provável que ele exista e que possamos conhecê-lo. Entretanto, não é a condição de ser passado que faz com que as coisas sejam históricas, mas o fato de serem



tratadas como tais: “Elas se tornam históricas apenas na medida em que são representadas como assunto de um tipo de escrita especificamente histórico” (WHITE, 1991, p. 24). Portanto, a história só pode ser lida, mas antes, precisa ser escrita. Daí a importância da teoria literária para a história.

Essa caracterização do discurso histórico como uma narrativa não quer dizer que os fatos passados realmente não existiram, ou que não se pode apreendê-los por métodos científicos culturalmente desenvolvidos. Apenas que a informação que se tem do passado não é precisamente *histórica*, mas *arquivística*, visto que pode ser objeto de qualquer outra disciplina. Ademais, significa que, o que a história tem do passado, é uma representação, uma interpretação que pode assumir várias formas narrativas e que compõe um texto muito próprio, o historiográfico, que pode servir de assunto a uma reflexão filosófica ou crítica.

Segundo Hayden White, a teoria literária tem importância para história porque, diretamente, permite identificar os aspectos literários (estilos textuais) presentes na escrita histórica e, indiretamente, porque permite vislumbrar alguns problemas colocados pela filosofia da história, no que tange aos aspectos interpretativos e sua relação com os aspectos descritivos e explanatórios do discurso do historiador, direcionando a atenção para o fato de que a:

[...] história é antes de mais nada um artefato verbal, produto [...] de um tipo especial de uso da linguagem, que como a fala metafórica, a linguagem simbólica e a representação alegórica, sempre significa mais do que literalmente diz, diz algo diferente do que parece significar, e só revela algumas coisas sobre o mundo ao prego de esconder outras tantas (WHITE, 1991, p. 26 e 28).

Desta maneira, aponta para o fato de que à interpretação lógica do discurso histórico deve-se acrescentar a interpretação tropológica que, considerando os acontecimentos dos eventos no tempo, reconhece a historicidade dos códigos temporais utilizados para ordená-los como constructos específicos de cada cultura e não naturais: “[...] os eventos podem ser ‘dados’, mas suas funções como elementos de uma estória lhes são impostas – e são impostas por técnicas discursivas de natureza mais tropológica do que lógica” (WHITE, 1991, p. 30).



A análise tropológica evidencia também que para se transformar os eventos em história, é necessário escolher entre estruturas de enredo particulares da tradição cultural do pesquisador e, embora convenções sociais possam interferir numa série de opções, ela é relativamente livre, configurando uma intencionalidade do historiador. Daí resulta, conforme o autor, que não se tem uma “história real”, visto que ela só pode ser verdadeira num sentido metafórico. Inobstante, cabe salientar mais uma vez, que isto não quer dizer que os eventos, as pessoas, as instituições e os processos do passado nunca existiram e que não possamos ter informações sobre ele, mas apenas que o passado não pode ser apreendido de modo totalizante, nem definitivo, pois que entre as duas fases, da atividade histórica à escrita histórica, se realiza uma operação de mediação linguística, na qual os aspectos figurativos e conotativos do pensamento do historiador se intensificam, visto que são próprios da sua subjetividade, ou seja, contém sua interpretação dos eventos que pesquisa:

[...] nada disso implica que não devemos distinguir a atividade da pesquisa histórica (o estudo pelo historiador de um arquivo contendo informações sobre o passado) da atividade da escrita histórica (a composição de um discurso e sua tradução numa forma escrita) [...] Mas entre essa fase de pesquisa [...] e a conclusão de uma história escrita, é preciso realizar várias operações transformadoras importantes, nas quais o aspecto figurativo do pensamento do historiador é mais intensificado do que diminuído (WHITE, 1991, p. 28 e 29).

Destarte, enquanto a teoria crítica tradicional compreende as dimensões literal e figurativa, ficcional e factual, como realidades antagônicas e excludentes, esta teoria da linguagem e da literatura (a tropológica), tende a vê-las como realidades complementares, redefinindo, assim, as relações entre ambas. Ademais, não há na teoria tropológica nada que implique determinismo ou relativismo lingüístico, haja vista que ela apenas fornece os saberes necessários a uma escolha entre os diferentes meios de figuração, próprios da teoria do discurso e não nega a existência de realidades extradiscursivas. Aliás, Hayden White, ao descrever a teoria tropológica, faz uma diferenciação entre fatos e eventos: os fatos são concebidos como construções narrativas, constituídos pela descrição lingüística em relação com os eventos:



[...] a factualidade torna-se questão dos protocolos descritivos usados para transformar eventos em fatos [...]. A teoria tropológica implica que não devemos confundir “fatos” com “eventos”. Os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição lingüística (WHITE, 1991, p. 37, grifos do autor).

Percebida desta maneira, a narrativa não é uma distorção da realidade, mas um “*universal cultural* porque a linguagem é um *universal humano*” (White, 1991, p. 40 grifos do autor). Não se pode retirá-la do discurso, bem como não se pode declarar o discurso fora da existência.

4 CONCLUSÃO

Percebemos, portanto, pontos convergentes entre os escritos de Gadamer e White no que tange à importância da linguagem e, conseqüentemente, da hermenêutica, para a escrita da história e para a formação de uma consciência histórica, entendida aqui, como bem afirma Gadamer, como uma consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda opinião, nos fazendo concluir que, mesmo a filosofia, a literatura e a história, possuindo objetos de estudo e formas de discursos diversos, se relacionam no complexo processo de sua pesquisa e da sua escrita.

Na medida em que operam a realidade por meio da linguagem, partindo de pressuposições, fazendo uso da imaginação, da memória, da alusão, da alegoria e da elipse, se apresentam como um modo narrativo de se expressar a realidade, dotado de uma interferência indiscutível do narrador, com um uso próprio de discurso e intencionalidade e, só podendo apreendê-la de modo singular e parcial, haja vista não poder desassociá-la do tempo e do espaço onde se forja seu sentido. Assim, podemos inferir que a história e, por que não dizer, a filosofia, são, portanto, uma ciência e uma arte e, o historiador e o filósofo, pesquisadores, mas, também poetas, em cujas produções podemos encontrar diversos estilos textuais.

REFERÊNCIAS



GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. A pré-compreensão e a compreensão na experiência hermenêutica. **Jus Navigandi**, ano 8, n. 62, 1 fev. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3711>>. Acesso em: 2 set. 2011.

WHITE, Hayden. Teoria literária e a escrita da história. **Estudos Históricos**, vol. 07, nº. 13, 1991, p. 21-48.



Amanda Souza Ávila Lobo

<http://lattes.cnpq.br/5775760902449384>

